

ÉTICA E CONHECIMENTO NA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA*

Eduardo Dias Gontijo
FAFICH — UFMG

1. Introdução: a crise ética

Atualmente, fala-se muito sobre ética. Discute-se a ética na política, a ética na economia, a bioética, a ética na ciência, na pesquisa e na investigação científica, a ética médica, a ética nas práticas psicológicas e na psicanálise, a ética no direito, a ética nas organizações, a ética na educação, a ética nas relações interpessoais

*** À guisa de um esclarecimento preliminar sobre a escolha do tema:**

Convidado a participar desta mesa-redonda, para debater o tema “PESQUISA EM PSICOLOGIA - O ATO DE INVESTIGAR E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO”, neste I ENCONTRO DAS ESCOLAS DE PSICOLOGIA DE BELO HORIZONTE, fui encarregado de tratar da problemática ética na pesquisa em Psicologia e em Psicanálise. Mais especificamente, uma vez que tenho sido, desde março do corrente ano, membro titular — na qualidade de representante da FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS — do COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG, foi-me sugerido discutir e divulgar as diretrizes e normas regulamentadoras relativas às exigências éticas de pesquisas envolvendo seres humanos, estabelecidas na RESOLUÇÃO Nº 196, de 10 de outubro de 1996, do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

A RESOLUÇÃO Nº 196 exige, em termos gerais, que *todo projeto de pesquisa envolvendo seres humanos seja submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa*. Além de definir

e amorosas, etc. A palavra 'ética' penetrou de tal modo o vocabulário corrente a partir de meados dos anos 80, fazendo deste termo um emblema simbólico privilegiado de uma nova época e de uma nova sensibilidade — assim como no início deste século, e principalmente entre as duas Grandes Guerras, prevaleceu a linguagem da *decadência*, a partir da Segunda Guerra Mundial vulgarizou-se a ideologia do *desenvolvimento*, e nos anos 70 impôs-se a idéia de *cultura* como uma preocupação fundamental das sociedades — que não seria exagero nenhum afirmar que este final de milênio tornou-se passível de caracterização como a "Idade da Ética"¹.

Apesar da enorme difusão do vocabulário moral, as racionalidades éticas atuais, convivendo lado a lado com o profundo niilismo ético contemporâneo, tendem, em sua maioria, a se revelarem pobres, dispersas e fragmentadas², não ultrapassando a simples justaposição de um conjunto de regras e princípios normativos — eventualmente afetados por coeficientes distintos de importância — explicitando-se

os aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, e instruir pesquisadores para a redação de protocolos de pesquisa, a referida resolução determina também que todas as instituições nas quais se realizam pesquisas com seres humanos deverão constituir um ou mais de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), aos quais todo projeto deverá ser submetido para fins de apreciação. Na impossibilidade de uma instituição constituir tal comitê, a instituição ou o pesquisador responsável deverá submeter o projeto à apreciação do CEP de outra instituição, preferencialmente dentre os indicados pela COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CONEP/MS).

Em se tratando de lei, nenhum cidadão poderá alegar seu desconhecimento. De modo que, a partir 10 de outubro de 1996, todo pesquisador que realize *pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais*, está definitivamente obrigado tanto a tomar conhecimento da RESOLUÇÃO Nº 196 do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, como a submeter seus projetos a apreciação de um CEP. Assim, para aqueles que ainda não conhecem a legislação atual sobre pesquisa, e cujas instituições ainda não constituíram um CEP, devo informar que cópias desta Resolução poderão ser obtidas no COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFMG — cujo presidente é o Prof. Dr. Dirceu Bartolomeu Greco, atual Pró-Reitor de Pós-Graduação — com a secretária do CEP-UFMG, Mary do Carmo Silva Ramos, no 7º andar do prédio da Reitoria da UFMG.

Considerando que todo pesquisador está doravante obrigado a tomar conhecimento da RESOLUÇÃO Nº 196, e observando que esta já é bastante esclarecedora quanto aos aspectos ético-normativos envolvendo a pesquisa com sujeitos humanos, ponderei que seria um tanto desnecessário, de minha parte, realizar uma apresentação absolutamente pouco original, simplesmente, que, repetisse aquilo que todo pesquisador em Psicologia e Psicanálise, se já não sabe, pelo menos *deveria* saber.

Assim, por se tratar, a meu ver, de uma questão fundamental — que se encontra atualmente, por assim dizer, na base dos problemas éticos envolvendo toda e qualquer investigação científica — decidi-me então a especular, ainda que concisa e brevemente, sobre a problemática das relações entre Ética e conhecimento científico.

¹ Ver, a este respeito, o excelente texto de H. C. de LIMA VAZ, *Ética e Razão Moderna, Síntese Nova Fase* 22, n. 68 (1995): 53-85.

² Ver C. TAYLOR, *The Sources of the Self: The Making of Modern Identity*, Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

em uma variedade de códigos, os quais tornam-se, por sua vez, aplicáveis a uma diversidade de domínios de conhecimento e ação. Ora, se é verdade que a educação ética visa uma profunda transformação interior, no âmago mesmo da consciência individual, dos interesses particulares e contingentes em interesses racionais, uma filosofia moral tende a tornar-se empobrecida e fragmentada na exata proporção em que é negligenciado o fato fundamental que o domínio dos valores éticos não se esgota na importância estratégica ou na relevância utilitária de um determinado somatório de normas exteriores: mais do que isso, ele forma uma *totalidade* estruturada — compreendendo princípios, valores e fins para a existência humana, dispostos em regiões de fundamentos, critérios concretos e motivações³ — a qual torna-se então apreendida, primeiro pela tradição e pelos indivíduos que a fazem viver, e posteriormente pela racionalidade filosófica, na forma de um “*discurso racionalmente ordenado das razões normativas, axiológicas e teleológicas presentes no ‘mundo da vida’*”⁴. Portanto, antes de nos obrigar ao que é *correto fazer*, a reflexão ética, corretamente entendida, nos indica, a partir de uma determinada ontologia do humano — a qual oferece o quadro referencial indispensável para as qualificações do agir moral — o que é *bom ser*⁵, e se configura assim, de modo mais bem adequado, como uma doutrina da vida realizada sob as premissas da Razão.

Em meio à efervescente mas fragmentada linguagem moral, vivemos hoje uma profunda e grave crise ética e de valores. Essa se desenvolve — de modo apenas sintomático — através do florescimento de códigos normativos. Evidência disso é que a história humana, tanto individual como coletiva, encontra-se repleta de exemplos reveladores de que uma crise ética configura-se primordialmente como uma desarticulação de estruturas de identidade e sentido. Noutros termos: manifestando-se como crise de identidade e sentido, uma crise ética revela-se correlativa à busca de critérios externos que orientem a ação. Uma reflexão superficial sobre o significado de uma identidade seria suficiente para nos desvelar essa relação essencial entre identidade e valores. De fato, observamos que, se uma pessoa se faz a pergunta ‘*Quem sou eu?*’ — a qual é de certo modo análoga à questão ‘*O que devo fazer?*’ — é óbvio para qualquer um que uma tal inquietação não se responde simplesmente pronunciando o próprio nome e muito menos explicitando uma genealogia: uma identidade se define não por um nome próprio⁶, mas por aquilo que faz verdadeiramente

³ Ver J. LADRIÈRE, *Os desafios da racionalidade: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas*, Petrópolis: Vozes, 1979.

⁴ Ver H. C. de LIMA VAZ, *op. cit.*, 70.

⁵ Ver C. TAYLOR, *op. cit.*

⁶ *Mundo mundo vasto mundo/se eu me chamasse Raimundo/seria uma rima, não uma solução*, diria o nosso poeta maior, CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.

sentido para o indivíduo e que habita o seu ser mais íntimo — isto é, por seus comprometimentos em determinados projetos de vida e por suas identificações, os quais, por seu turno, lhe proporcionam os horizontes mais amplos pelos quais ele pode determinar o que é bom ou ruim, o que ele deve fazer e o que não deve, o que é digno de respeito e o que não é, o que valioso ou desprezível, ao que ele deve se opor ou simplesmente aceitar, etc. Uma identidade, seja ela de um indivíduo ou de uma cultura, é uma possibilidade de ser, um processo de alguém que se importa com alguma coisa, e se define antes pelos horizontes de sentido a partir dos quais um homem torna-se capaz de escolher e de tomar uma posição no vasto espaço no mundo⁷. Uma crise de identidade consistirá, conseqüentemente, em uma forma aguda de desorientação, a qual pode também ser legitimamente concebida como uma espécie de incerteza radical à respeito das referências que possibilitam as próprias posições valorativas diante das coisas e pessoas circundantes.

Um passeio reflexivo e contemplativo empreendido com olhar filosófico pelos jardins da história do pensamento nos mostra que o desenvolvimento de horizontes de sentido e identidade para a existência constitui uma vocação essencial, e das mais basilares ou fundamentais, do conhecimento, desde as suas mais remotas origens na pré-história até os dias atuais. Como uma inclinação inscrita e enraizada no âmago mesmo da alma humana, o saber possui uma propensão incoercível a se dilatar, como o próprio universo, na forma de *uma indagação que avança até as últimas fronteiras do campo oferecido à inquisição da razão*⁸, e a se patentear, em derradeira análise, de maneira privilegiada, como hermenêutica filosófica da cultura e oferta de um sentido último para a efêmera e itinerante passagem do homem no espaço e tempo do mundo, proporcionando-lhe, em seu limite extremo, uma fonte eterna para a sua mais elevada e sublime liberdade e felicidade⁹. Ao assumir integralmente esta disposição inata do conhecimento, a filosofia apresentou-se tradicionalmente na civilização ocidental, desde Platão e Aristóteles até Hegel, tanto em sua inquietação crítica pelo ser e sentido diante da multiplicidade do sensível e da relatividade das coisas, como em sua vontade de sistema, sob a dupla face de uma *metafísica* e de uma *ética* da cultura¹⁰.

Sob a injunção paradoxal de voltar as costas para a tradição metafísica e ética, começa a ocorrer uma profunda *inversão* — co-extensiva ao

⁷ Ver C. TAYLOR, *op. cit.*, 27.

⁸ Tomo emprestado esta genial expressão da vocação do pensamento filosófico de H. C. de LIMA VAZ, *Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura*, São Paulo: Loyola, 1997, 9.

⁹ Ver H. C. de LIMA VAZ, *op. cit.*, 9. Ver também G. REALE, *História da Filosofia Antiga*. Trad. bras. de MARCELO PERINE, São Paulo: Loyola, 1993, vol. I, 415-444.

¹⁰ Ver H. C. de LIMA VAZ, *op. cit.*, 15.

advento da racionalidade científica na cultura moderna e ao movimento de desconstrução crítica da tradição espiritual do Ocidente empreendido pela filosofia contemporânea, sobretudo a partir de Hegel — naquela que constituiu durante mais de dois mil anos uma das tarefas angulares do conhecimento teórico: é que as mentalidades modernas são operativas e, mantendo-se fiel a uma lógica da eficácia¹¹, não se contentam mais em *contemplar* o mundo inteligível em seu *télos* supremo e em sua arquitetura fundamental de sentido — antes de mais nada, se dedicam com laborioso afincio a *transformá-lo*¹².

Em resumo: delineando-se como uma alteração substancial nos fundamentos da cultura, a qual revela em seu bojo uma metamorfose radical no conceito de conhecimento racional, a crise da civilização ocidental que estamos vivendo acarreta como sintoma indubitável uma crise ética que se manifesta primariamente como incerteza de identidade e sentido. É esta ruptura e redução no conceito de conhecimento racional — o qual, definido de uma forma bastante ampla, no pensamento clássico, permitia compreender a unidade do saber sob as múltiplas modalidades do conhecer, ao mesmo tempo em que mantinha viva sua secreta unidade na manutenção de seus fins mais elevados, a saber, a *sabedoria*, a *theoria* como contemplação desinteressada da realidade, e uma *hermenêutica* que compreendesse a totalidade da existência¹³ — que se verifica a partir do momento em que a racionalidade passa gradualmente a identificar-se ao paradigma do conhecimento operativo e objetivante da Ciência.

Encontramos aí aquela que se tornou a questão crucial para o desenvolvimento conceptual da problemática das relações entre ética e ciência e da investigação científica: isso porque, na medida em que somente o conhecimento das ciências é considerado a única forma confiável de conhecimento racional, segue-se que o domínio inteiro da ética é irracional¹⁴. E foi exatamente por isso que tantas vezes se disse que *tudo aquilo que era sólido* — nossa identidade e nossos valores mais caros, a bondade e a benevolência, e mais tudo aquilo que dá sentido à existência e torna a vida humana digna de ser vivida e merecedora de um respeito universal e incondicional — *se desvaneceu*, como escreveu Marx em seu *Manifesto Comunista*, no ar. No ar e na atmosfera, diríamos nós, de um mundo ainda bastante poluído de violências e de desrespeitos à humanidade do homem.

¹¹ Ver A. MACINTIRE, *After Virtue*, Indiana: University of Notre Dame Press, 1984.

¹² Ver J. LADRIÈRE, *Ética e pensamento científico*, São Paulo: Letras & Letras, 1995.

¹³ Ver J. LADRIÈRE, *Os desafios da racionalidade: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas*, Petrópolis: Vozes, 1979.

¹⁴ Ver J. LADRIÈRE, *Ética e pensamento científico*, São Paulo: Letras & Letras, 1995, 140.

2. Domínios teórico e o prático

Na *Introdução* fizemos notar que, na proporção em que conquista um considerável grau de autonomia em relação aos outros saberes e se transforma em uma forma dominante de racionalidade, a ciência modifica radicalmente nossos modos de pensar e de viver a realidade que nos circunda, de forma a demandar à reflexão moral explicitar-se e elucidar-se relativamente às situações com as quais presentemente se defronta. Donde se torna possível entrever que o desafio com o qual se enfrenta a problemática ética na ciência vai se configurar, fundamentalmente, como tentativa de superação da cisão entre o domínio da racionalidade ética e da racionalidade científica, e, no interior da própria racionalidade ética, da cisão entre o domínio dos contextos de justificação e uma ontologia do humano, por um lado, e o dos princípios e dos códigos normativos do agir, por outro.

Seja considerada como o *somatório atual dos conhecimentos científicos*, seja como *atividade de pesquisa e investigação*, ou ainda como um *método de aquisição de conhecimento*, a ciência consiste num modo de apreensão da realidade que depende essencialmente do imperativo de transformar o mundo, em que “o saber é um poder”¹⁵. Deste modo, a inclinação natural da ciência é se desenvolver em um complexo sistema de ação: o conhecimento técnico ou a *tecnologia*. O sistema técnico de objetos proporcionado pela tecnologia é uma forma de mediação concreta entre a vida cotidiana e um saber altamente especializado. Sendo a face mais visível da ciência para o homem comum, é através dela que a visão científica do mundo passa a posuir uma incidência particularmente importante sobre as culturas. Transformando profundamente a base material das sociedades, o domínio da tecnologia tende a expressar-se ao mesmo tempo como ideologia dominante.

Concebidas a ciência enquanto sistema particular de representação e a tecnologia enquanto sistema particular da ação — e as duas juntas como subcomponentes essenciais da cultura atual — podemos afirmar, ainda que de uma maneira apenas esquemática, que a crise ética em que vivemos se articula ao desenvolvimento das ciências e da investigação científica sob dois aspectos principais:

(I) Do ponto de vista do sistema de representação, as antigas tradições morais e as ontologias sobre o homem, que ofereciam os contextos de justificação e de sentido para as diversas atividades humanas, se encontram hoje em dia profundamente transtornadas pela

¹⁵ Ver J. LADRIÈRE, *Os desafios da racionalidade: o desafio da ciência e da tecnologia às culturas*, Petrópolis: Vozes, 1979.

normatividade epistêmica própria à racionalidade científica, fazendo com que as evidências morais sejam afetadas por um incrementado coeficiente de relatividade e indeterminação;

(II) Do ponto de vista de um sistema de ação, o enorme potencial de poder, tanto para construir e ajudar a vida humana, como para destruir, engendrado pelo desenvolvimento tecnocientífico em ampla escala, sob a forma de um imenso organismo de aparelhagens e práticas que quotidianamente invadem nossas existências, supõe em si mesmo uma permanente ameaça ao bem-estar e à dignidade do homem. Paralelamente à isso, o desenvolvimento tecnológico que necessariamente acompanha a investigação científica tende a promover desafios éticos cada vez maiores¹⁶, para os quais a reflexão moral tradicional nem sempre se encontra em condições de fornecer indicações precisas.

Seria impossível, entretanto, compreender adequadamente a natureza dos dilemas morais impostos pelo conhecimento científico, assim como o impacto do desenvolvimento científico e tecnológico sobre as diferentes práticas sociais e culturais, se concebermos de antemão as racionalidades científica e a ética como domínios totalmente exteriores um ao outro: tendo, por assim dizer, a ética na mão esquerda e a ciência na direita. Mais do que isso, é indispensável que se tenha em perspectiva, como um pressuposto fundamental, que a *razão teórica* — da qual a filosofia e a ciência constituem manifestações privilegiadas — tem tão pouca primazia sobre a *razão prática* — que engloba os campos da técnica e da ética — como esta sobre aquela¹⁷: ou seja, é capital que se considere — para início de qualquer discussão real sobre estes temas — que *há, efetivamente, uma interioridade do domínio prático sobre o domínio teórico, e do teórico sobre o prático*.

O que pretendemos asseverar através destas formulações um tanto abstratas é que tanto a moralidade como a racionalidade não podem ser jamais concebidas como indiferentes a qualquer coisa que concerne à existência humana, e não devem nunca serem apreendidas como categorias extrínsecas a qualquer um dos afazeres do homem. Se o indivíduo se compreende a si mesmo situado e exposto a uma ordem variada de condicionamentos, neste mesmo ato ele inevitavelmente se apreende, implícita ou explicitamente, como ser de *liberdade e razão*: ao empreender a tarefa de conhecer o mundo, afirmando-se como ser racional, ele descobre, *uno actu* — neste mesmo ato — que possui em si próprio o poder de superar a particularidade do aqui e agora e modificar os condicionantes de sua situação, e inicia, ao visar o seu

¹⁶ Exemplo disso é a recente capacidade da medicina de realizar diagnósticos precisos sobre o estado do embrião.

¹⁷ Ver R. SPAEMANN, *Felicidade e benevolência*, São Paulo: Loyola, 1996.

bem, o trajeto infinito de sua liberdade. Assim, do mesmo modo que há necessariamente uma dimensão ética em todo conhecimento, há em todo agir humano uma dimensão de saber.

Para expressar este princípio em um fórmula sucinta, diríamos: todo agir é constitutivamente racional, e todo conhecer é constitutivamente ético. Donde se segue que negá-lo equívale a nada mais e nada menos do que recusar o *humano* no homem.

A questão da ética na investigação científica não se esgota pois na simples enumeração de uma série de princípios normativos ou na elaboração de uma simples deontologia impondo-se de modo exterior à pesquisa. Para elucidarmos convenientemente as relações entre ética e pesquisa, faz-se absolutamente imprescindível ser capaz de reconhecer, antes de mais nada, que o projeto da ciência, assim como todo conhecimento teórico e prático, é intrinsecamente dotado de valor ético.

3. Características do conhecimento racional

Tanto a ciência como a ética — compreendida, neste contexto, como ‘ciência do *ethos* ou da ‘forma de vida’ da cultura’¹⁸ — constituem determinações do conceito de conhecimento racional¹⁹, na forma de elaborações de um saber que não é apenas conhecimento de algo na realidade e apreensão de certo conteúdo, mas também saber de si mesmo, isto é, saber que deve trazer consigo a justificação daquilo que é por ele produzido. O conhecimento racional, dizia Platão, é um saber de si mesmo enquanto se distingue da simples ignorância e do erro: é desdobrando-se sobre si mesmo para interrogar-se e justificar-se que ele se especifica como saber²⁰.

Uma primeira característica do conhecimento racional se evidencia em sua exigência *crítica*, a qual se traduz inicialmente no momento negativo da problematização — questionamento e dissolução, pela *negação* da dimensão empírica dos dados da experiência — das evidências fornecidas por um saber imediato da experiência natural do

¹⁸ Ver H. C. de LIMA VAZ, *Escritos de Filosofia II: Ética e Cultura*, São Paulo: Loyola, 1988.

¹⁹ A respeito das especificações da idéia de conhecimento racional, ver J. LADRIÈRE, *A articulação do sentido*, São Paulo: EPU, 1977.

²⁰ Ver H. C. de LIMA VAZ, *Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura*, São Paulo: Loyola, 1997, 12.

mundo, a *doxa* ou a opinião, e se desenvolve posteriormente pela substituição destas por um saber *mediatizado* por uma operação de *redução*. Esta operação de redução a um ponto de vista privilegiado é um elemento basilar da exigência crítica presente no conhecimento racional: ela consiste, por assim dizer, numa ‘colocação entre parênteses’ apropriada, através do qual nos tornamos capazes de atingir *evidências privilegiadas* — e assim penetrar nas premissas do formalismo, como um domínio de operações puras, onde são feitas abstrações da natureza e conteúdo concreto dos objetos sobre os quais elas operam.

Um segundo traço do conhecimento racional, ao qual somos inevitavelmente conduzidos pela exigência crítica, é a sua *vontade de sistema*, na forma de uma interligação ideal, coerente e necessária entre os elementos inteligíveis — as evidências privilegiadas — obtidos pela operação de redução. Se a passagem inicial pela redução torna possível a substituição dos dados da experiência por conceitos ou organismos inteligíveis, é a instauração do sistema que permite a articulação de suas relações com outros conceitos, isto é, a transformação gradual do dado em sua *verdade*. É obvio que os sistemas tendem a multiplicar-se, mas é igualmente verdadeiro que todo sistema visa, pelo menos em princípio, à sua completude: se a significação de cada elemento só pode ser apreendida em suas relações com outros, a sua verdade só poderá ser exaustivamente compreendida a partir do momento em que a totalidade de suas relações for revelada.

Um terceiro aspecto do conhecimento racional, decorrente tanto da exigência crítica como da vontade de sistema, é a necessidade do *método*. Uma vez que um conhecimento racional da realidade não pode contentar-se com tentativas de ensaio e erro desordenados, ele deve controlar o seu desenvolvimento segundo princípios normativos que são *fundantes* no estabelecimento de várias disciplinas ou campos distintos de saber. Metodicidade, racionalidade e cientificidade são termos quase equivalentes: sendo assim, o conceito de método conduz ao desenvolvimento de uma *pluralidade* de métodos.

Toda teoria científica, enquanto uma especificação singular, do tipo operatório, do conhecimento racional — que conserva as três características básicas de todo saber teórico — é na realidade a *descrição de um modelo*: um objeto complexo, de natureza ideal, de estrutura suficientemente simples para ser descrita através dos recursos conceituais disponíveis, considerado como uma representação esquemática adequada de um *segmento específico de realidade*, que abstrai metodologicamente de tudo aquilo que não é relevante para o ponto de vista específico do modelo. É pela mediação destes modelos, que são tantos quantos forem os campos de investigação, que as teorias

científicas se realizam como experiência que se referem à realidade concreta. De modo que, sendo a realidade tratada por cada disciplina científica particular apenas segundo os aspectos por onde ela se dispõe à interpretação segundo as exigências de um modelo ou de um paradigma específico, há, inevitavelmente, no modo de proceder da ciência, uma certa ‘redução metodológica’ relativamente a todo um universo de significações, percepções e vivências humanas.

Poderia a ciência proceder de outro modo? Uma realidade a ser efetivamente transformada e construída poderia prestar-se a um modo diferente de apreensão? É evidente que não. Renunciar à possibilidade de efetivar tais reduções metodológicas significaria renunciar à própria possibilidade da ciência: tais reduções são parte integrante da virtude da ciência. Abjurar da ciência é um absurdo incabível: poderia alguém imaginar como a vida humana poderia sobreviver na esfera terrestre sem o seu permanente apoio? O fato é que o mundo atual não pode sobreviver sem a ciência. Mas muito menos ainda o poderia na ausência de qualquer ordem ética: estas duas ordens de saber solicitam, perenemente, a sua articulação harmoniosa.

Ora, o fenômeno que descrevemos anteriormente como cisão entre a racionalidade científica e racionalidade ética, também passível de ser apreendido como conflito de mentalidades, em geral não passa de um pseudocisão e um conflito apenas aparente entre modos de conhecimento, o qual traduz grosseiras confusões metodológicas e a tendência geral ao imperialismo de determinados critérios de verdade. Ela procede, muitas vezes, de uma forma peculiar de ignorância científica que se manifesta como vontade precipitada de sistema, pela qual se reduz à unidade de uma visão particular — como tende a ocorrer com a visão científica do mundo — ou de um modelo específico — a psicologia ou a psicanálise, por exemplo — todas as ordens possíveis de verdade. Um exemplar característico desta tendência podemos encontrar em Freud, nas sentenças finais de sua obra *O Futuro de uma Ilusão*: “Não, nossa ciência não é uma ilusão. *Ilusão seria imaginar que aquilo que a ciência não nos pode dar, podemos conseguir em outro lugar.*”

O caminho de um síntese verdadeira para o saber racional da realidade, que articule os campos da ética e da ciência, é no entanto perfeitamente possível. Uma compreensão mais integral da dimensão ética da ciência deverá passar, entretanto, pelo reconhecimento inicial das exigências crítica, sistemática e metódica da racionalidade, as quais, por sua vez, encontram suas raízes mais profundas nos ideais tradicionais da razão. São os ideais mais elevados da razão que nos permitem nos depararmos com uma multiplicidade de ordens de racionalidade, e possibilitam oferecer a cada ciência, em particular, e

à racionalidade científica, em geral, um princípio ético de sua necessária *autolimitação*. É apenas na ordem de uma visão dos fins últimos da razão que seremos finalmente capazes de entender que uma síntese real entre ciência e ética só poderá se configurar como sendo, em um certa acepção, de natureza *escatológica*: isto é, como inteligência de um *sentido radical* que atravessa o todo da realidade.

4. Os imperativos éticos da investigação científica

Os antigos entendiam a ciência — ou *epistème* — como forma suprema de saber desinteressado e como um ideal de conhecimento seguro da estrutura inalterável do universo, fundado em enunciados verdadeiros e absolutamente primeiros — os princípios²¹ — e por isso um conhecimento necessário. As ciências modernas, por outro lado, guiadas por seu projeto de alteração do mundo, compreendem seus enunciados formais apenas como hipóteses²² de caráter predominantemente empírico, as quais podem ser modificadas e revisadas a qualquer momento, na medida em que devem estar sob um processo permanente de revisão crítica²³.

Apesar das profundas transformações operadas no conceito de ciência, desde Platão e Aristóteles até Russel e Popper, a *tarefa moral fundamental* da investigação científica — *do ponto de vista teórico ou do método de conhecimento*, ou ainda como sistema de representação²⁴ — tem permanecido substancialmente inalterada até os dias atuais: na medida em que procura indagar *crítica, sistemática e metodicamente* o conhecimento verdadeiro dos fatos pela mediação do *lógos* demonstrativo, *a prática da ciência exige a investigação e o ensino desinteressado e sem compromissos da verdade*, independentemente do conceito que dela se faça. Requerendo que os enunciados científicos se desvinculem o máximo possível de quaisquer interesses sócio-econômico-financeiro-políticos circunstanciais, motivações privadas ou crenças pessoais, para se ater apenas ao imperativo da verdade objetiva, a normatividade epistêmica própria das ciências revela-se ao mesmo tempo como normatividade ética da ciência — ou como sistema de regras que o investigador autonomamente se dá — que proíbe ao cientista ater-se dogmática e autoritariamente a qualquer convicção

²¹ Esta seria, em resumo, a concepção platônico-aristotélica da ciência.

²² No conceito de hipótese revela-se, por assim dizer, o essencial do conceito crítico de ciência desenvolvido por POPPER.

²³ Ver O. HÖFFE, *Diccionario de Ética*, Barcelona: Crítica, 1994, 101.

²⁴ Observe-se que retomamos aqui o aspecto (I), p. 5.

exclusiva, o obriga a demonstrar suas proposições, superar seus preconceitos, erros de percepção e pontos de vistas particulares, lhe exige a liberdade de investigação, de modo a buscar uma compreensão cada vez mais ampla e segura da realidade natural e humana.

Mas nem só de *ego sapiens* vive a ciência, mas também de seu *ego adjuvans*. Assumindo para si a pretensão e o encargo de reduzir drasticamente o sofrimento humano e a melhorar as condições mundanas de vida do homem sobre a face da terra, a ciência moderna, movida pela idéia formal de *operação*, desdobrando-se enquanto sistema de ação²⁵ — a *tecnologia* — impôs a si mesma uma colossal responsabilidade ética. Por meio das ciências naturais, ela se esforça para liberar o homem o mais completamente possível de toda forma de miséria *material ou objetiva* (fome, miséria e doenças); por meio das ciências humanas e sociais, ela se empenha em diminuir a miséria *social e política, ou intersubjetiva* (discriminação, opressão, exploração, injustiça); por meio das ciências do psiquismo, ela procura reduzir as dimensões da miséria *anímica ou subjetiva* (sintomas neuróticos, psicose, distúrbios de comportamento, etc.).

Tendo em vista que faz parte da própria natureza das normas éticas não serem necessariamente obedecidas, entendemos, no entanto, que é sob o pano de fundo desta responsabilidade ética livremente assumida pela ciência, a qual proclama como primordial a sua destinação sócio-humanitária (princípio de *justiça e equidade*), que se desdobram os principais critérios éticos a partir dos quais os avanços da ciência, os progressos da tecnologia e os desenvolvimentos das pesquisas científicas, podem ser avaliados: a *beneficência* (exigência do máximo de benefício com o mínimo de danos), a *não maleficência* (exigência de evitar quaisquer danos previsíveis) e o *respeito à autonomia* (exigência de respeitar a pessoa humana em sua autonomia e dignidade, e defendê-la em sua vulnerabilidade).

Tanto do ponto de vista teórico como prático, a ciência possui como imperativo categórico — imperativo ao qual todos os outros imperativos devem estar subordinados — ou como preceito ético fundamental a *conservação e a humanização da vida* e de seus múltiplos contornos. O conteúdo deste princípio poderia igualmente expressar-se pela terceira formulação do imperativo categórico kantiano, que reza, em toda sua clara e irrealizável pureza: *Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio*²⁶.

²⁵ E aqui o aspecto (II), p. 5.

²⁶ E. KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. port.. de Paulo Quintela. Coleção: Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

5. Conclusão: as virtudes do saber e o sentido do todo

A ciência enquanto virtude teórica conserva em si toda uma história de aspirações do saber — a *sabedoria*, a *contemplação* e uma *hermenêutica da existência* — e talvez retire destas suas raízes — decididamente especulativas — o vigor e segredo mais íntimo de sua conservação.

Da aurora da civilização humana até os dias atuais, entendemos que todo esforço de conhecimento tem como primeiro objetivo imediato a superação da ignorância e, como seu *télos* ou fim supremo, a *sabedoria*. A *ignorância* foi desde os antigos concebida como uma espécie de errância determinada por um andar impulsionado por detrás, e empreendido com viseiras: isto é, o erro e o engano geralmente se compreendem como *obcecação*, ou como apego condicionado a pontos de vista parciais. A *sabedoria*, por sua vez, foi percebida de ordinário como *clarividência*²⁷, virtude pela qual o indivíduo ultrapassa, pela mediação do conhecimento, a mesquinha submissão à sua própria particularidade e contingência, e se eleva, no exercício de sua liberdade — atraído pelo apelo de um horizonte que se estende ao infinito — ao ponto de vista da totalidade e do universal. Pela *sabedoria*, diziam os antigos, a existência se salva. Por ela são reinterpretadas as limitações que a vida impõe, e cuja prova capital é o ordálio do sofrimento²⁸. A *Sophia* é, como canta o poema bíblico que exalta o seu nome — *Sabedoria* — a esposa ideal do homem²⁹.

Se a existência imediata, como advertia o mais notável discípulo de Platão, o estagirita Aristóteles³⁰, ignora seu próprio *sentido* e é incapaz de compreender-se, na medida em que se encontra imersa nas preocupações particulares e nas imagens falaciosas, a ciência — desembaraçar-se das ilusões no domínio de um saber regulado pelo critério de verdade — se efetiva necessariamente nas premissas do universal. É que, para o filósofo peripatético, a existência humana tem constitutivamente por vocação a *epistême*, o saber verdadeiro, esforço sublime do *logos* pelo qual o homem se eleva da vida contin-

²⁷ Ver R. SPAEMANN, *op. cit.*

²⁸ Ver ÊSQUILO, *Agammenon*, 160: *Pois foi o grande Zeus que rasgou aos mortais/o caminho dos conhecimentos/com esta lei: pela dor à sabedoria./ Em vez do sono, nasce no coração a pena que recorda a culpa; e assim é de contra vontade que vem ao espírito a salvação.*

²⁹ *Eu a amei e a procurei desde a minha juventude,/ busquei desposá-la,/apaixonei-me por sua beleza./(...) resolvi fazer dela a companheira de minha vida,/sabendo que seria minha conselheira para o bem, meu reconforto nos cuidados e na aflição./(...) De volta à casa, repousarei junto a ela,/pois sua companhia não causa amargura, nem sua intimidade, aflição,/mas só contentamento e alegria.* SABEDORIA 8.

³⁰ A existência é sempre do particular, e a ciência, do universal, dizia ARISTÓTELES.

gente, entregue às fatalidades, à contemplação do *princípio* que atravessa todos os objetos, e reúne, neste seu amor à *sophia*, tudo o que parecia disperso na raiz inteligível do movimento universal do ser. Pelo ideal *contemplativo* — o qual eleva o saber a um *valor em si*, desvinculado de todo interesse prático e instrumental — se consuma no homem grego a aspiração natural do ser humano ao saber.

A normatividade epistêmica, pela qual a ciência se orienta em sua busca de um conhecimento verdadeiro da realidade, comporta incontestavelmente um *ideal contemplativo*, o qual se relaciona com as atividades mais benéficas para a humanidade do homem. Mantendo-se nesta perspectiva, as teorias científicas, ao se adicionarem e se substituírem umas às outras, tendem a aproximar-se assintoticamente de uma visão de sentido da totalidade da realidade e para uma hermenêutica do saber, se deslocando assim para uma visão filosófica do mundo. De modo que, mantendo-se em perfeita conformidade com este ideal, torna-se possível ao genuíno homem de ciência³¹ desenvolver uma forma de existência — *a vida no sentido* — motivada não apenas por interesses puramente instrumentais, para a satisfação das necessidades básicas e para a obtenção de comodidades e progresso material, mas na qual, tal como ocorre na arte, encontramos modos concretos e sublimes de expressão daquela bela liberdade onde se celebra o fundo originário da realidade que inevitavelmente existe *in potentia* e pede incansavelmente para ser atualizada em toda pessoa humana.

É somente através destas tendências imanentes ao conhecimento racional para a realização de seus fins mais elevados — *sabedoria*, *theoria* ou saber contemplativo, e *hermenêutica do sentido*, os quais necessariamente implicam em uma visão de totalidade de tudo que é — é que, conjunta, nunca disjuntivamente, um conjunto de preceitos éticos pode compreender sua verdade, e a aspiração humana à apreensão do real pode aperceber-se como projeto ético de construção de um entorno humano. Platão, ao escrever que a idéia de Bem é o fundamento ontológico de toda a realidade e condição última de possibilidade para qualquer inteligibilidade do real — e ao estabelecer o conceito de bem como inseparável de seu anseio — expressou, de certo modo, esta mesma idéia³².

Á guisa de uma conclusão: é apenas recusando a ignorância em prol da clarividência, e contemplando o todo como todo, que podemos compreender partes como partes, de modo a transcender as perspectivas parciais; é somente a partir de uma visão do Absoluto do sen-

³¹ Veja-se o exemplo de ARISTÓTELES, entre os gregos, e de EINSTEIN, entre os modernos.

³² Ver R. SPAEMANN, *op. cit.*

tido que nos apercebemos da relatividade das coisas, e nos aproximamos cada vez mais de uma apreensão genuinamente escatológica do mundo da vida.

Como a exigência ética deve compreender o todo da realidade, e o conhecimento científico nunca poderá compreender o todo da existência, segue-se que destas considerações se derivam dois princípios basilares, internos à uma ética da investigação científica³³. Estes são os princípios da autolimitação e da cooperação:

O princípio de limitação impõe à pesquisa científica reconhecer que ela constitui somente um certo tipo de aproximação da realidade, muito importante, mas não o suficiente para julgar completamente a importância ética de uma situação. O princípio da cooperação impõe ao conhecimento científico entender-se como tendo de trazer sua contribuição a um esforço pelo qual a existência se empenha para se constituir como uma totalidade.

Todo conhecimento racional é chamado a se superar num momento de unificação que poderíamos designar pelo termo *sabedoria*. Trilhando a via da liberdade inaugurada pelos ideais racionais e indo para além de uma mera normatividade negativa — que obriga ao cientista adotar medidas para combater os possíveis riscos de uma prática científica que desrespeite a pessoa humana em sua integridade — uma ética da investigação científica que se queira conseqüente também sugere um poderoso sentimento humanitário, resultante da apreensão do sentido do todo da realidade, como a mais valiosa noção positiva para a ciência: a *ordo amoris* e amor benevolente, racional e sensato ao homem pelo homem é, afinal — como não nos cansamos de repetir — a condição *sine qua non* de possibilidade para qualquer empresa que se queira verdadeiramente científica. E humana.

Endereço do Autor:

Av. Francisco Deslandes, 780 / 602 — Bloco I

Bairro Anchieta

30310-530 Belo Horizonte — MG

Fax: 499-5027

³³ Estes princípios já foram lapidariamente enunciados pelo filósofo JEAN LADRIÈRE, em sua obra *Ética e Pensamento Científico*, São Paulo: Letras & Letras, 1995, 151-152.